



Saúde ginecológica de mulheres surdas: acesso e comunicação

Nicole Souza Falcão¹, Gildete da S. Amorim Mendes Francisco², Gláucio de Castro Júnior³



<https://doi.org/10.36557/2009-3578.2025v11n2p2317-2336>

Artigo recebido em 28 de Julho e publicado em 8 de Setembro de 2025

ARTIGO ORIGINAL

RESUMO

Este estudo investiga as barreiras enfrentadas por mulheres surdas no atendimento médico, destacando a carência de materiais acessíveis em Língua Brasileira de Sinais (Libras) e de estratégias comunicativas nos serviços de saúde. Observa-se uma demanda por recursos adaptados, como vídeos e cartilhas visuais, cuja ausência compromete a autonomia e a privacidade dessas pacientes, além de dificultar a compreensão das orientações médicas. O objetivo desta pesquisa é analisar a percepção da mulher surda como paciente nos serviços de saúde, com enfoque no atendimento ginecológico. Para isso, realizou-se uma abordagem qualitativa, baseada em revisão bibliográfica e pesquisa de campo. Os resultados obtidos a partir dos questionários aplicados evidenciaram, entre outras questões, que a mediação das consultas, muitas vezes realizada por escrito ou com intérpretes de Libras, nem sempre garante conforto ou compreensão plena, especialmente para aquelas que não utilizam mediadores. Além disso, a falta de acompanhamento pré-natal adequado e o desconhecimento sobre exames e procedimentos médicos ressaltam a necessidade de melhorias na acessibilidade e na comunicação durante os atendimentos.

Palavras-chave: Surdez, Mulheres Surdas, Saúde Feminina.



Gynecological health of deaf women: access and communication

ABSTRACT

This study investigates the barriers faced by deaf women in medical care, highlighting the lack of accessible materials in Brazilian Sign Language (Libras) and the absence of effective communication strategies within healthcare services. There is a clear demand for adapted resources, such as videos and visual guides, whose absence compromises these patients' autonomy and privacy, as well as hinders their understanding of medical instructions. The aim of this research is to analyze the perception of deaf women as patients in healthcare settings, with a particular focus on gynecological care. To achieve this, a qualitative approach was adopted, based on a literature review and field research. The results obtained from the administered questionnaires revealed, among other issues, that the mediation of medical consultations – often conducted through writing or with Libras interpreters – does not always ensure comfort or full comprehension, especially for those who do not use mediators. Furthermore, the lack of adequate prenatal care and limited knowledge about medical examinations and procedures underscore the urgent need for improvements in accessibility and communication during healthcare appointments.

Keywords: Deafness, Deaf Women, Women's Health.

Instituição afiliada:

¹ Acadêmica de Medicina da Universidade Federal Fluminense – UFF, diretora da Liga Acadêmica de Libras em Saúde, bolsista CNPq de Iniciação Científica

² Professora Adjunta do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas - (GLC) do Instituto de Letras (IL), Instituto de Saúde Coletiva (ISC) da Universidade Federal Fluminense- UFF, Universidade Federal Fluminense – UFF, Vice -Líder do Núcleo de Pesquisa Diversidade e Inclusão – NUEDIS e Vice - Líder do Grupo de Estudo e Pesquisa da Saúde em Libras (GEPsLIBRAS- UNB)

³ Professor do Magistério Superior no Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas (LIP) do Instituto de Letras (IL) da Universidade de Brasília (UnB). Coordenador do Núcleo de Estudo e Pesquisa da Variação Linguística da Libras (Núcleo Varlibras) e do Núcleo de Ensino de Libras (UnBLibras) na UnB. Líder do Grupo de Estudo e Pesquisa da Linguística da Libras (GEPLIBRAS). Líder do Grupo de Estudo e Pesquisa da Saúde em Libras (GEPsLIBRAS).

Autor correspondente: Gildete da S. Amorim Mendes Francisco gildeteamorim@id.uff.br

This work is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).





INTRODUÇÃO

O direito à saúde é um princípio fundamental previsto em diversas legislações e tratados internacionais, incluindo a Constituição Federal do Brasil e a Lei Brasileira de Inclusão – Lei 13.146/2015. No entanto, muitas mulheres surdas ainda enfrentam barreiras para o exercício desse direito, como argumenta Araujo *et al.* (2021, p. 4): “apesar de ser protegido pela Constituição ainda precisa passar por uma série de mudanças e investimentos para suprir sua demanda e ser distribuído de forma igualitária entre a população brasileira”.

Embora leis tenham sido criadas e implementadas, o direito à informação em saúde – fundamental para a promoção do bem-estar e da autonomia das mulheres – ainda é frequentemente negligenciado quando se trata da população surda. Na prática, isso se reflete em dificuldades cotidianas, como marcar uma consulta, compreender orientações médicas ou acessar conteúdos sobre contracepção e planejamento familiar.

De acordo com Chaveiro, Porto e Barbosa (2009, p. 148): “Problemas de comunicação interpessoal estão presentes em todo sistema de saúde e tornam-se mais significantes quando englobam barreiras de linguagem e cultura”. Nesse sentido, materiais adaptados, como vídeos em Língua Brasileira de Sinais (Libras), cartilhas visuais e guias informativos acessíveis são importantes não somente para a comunicação entre pacientes surdas e profissionais da saúde, como também afetam diretamente a qualidade do atendimento.

Sem esses materiais, as pacientes acabam dependendo da presença de terceiros, como familiares ou intérpretes, situação capaz de restringir sua liberdade de decisão e comprometer sua privacidade em consultas médicas. É um cenário que as deixa marginalizadas, sem conhecimento essencial sobre sua própria saúde, tornando-as mais vulneráveis a agravos que poderiam ser facilmente prevenidos por meio de ações educativas e preventivas (Marques *et al.*, 2019).

Quando se analisam grupos específicos, como as mulheres surdas, torna-se evidente a necessidade de medidas adequadas para garantir seu direito de acesso à informação em saúde. A pesquisa de Visentini (2021) reflete os esforços recentes de como pesquisadores buscam atender a essa demanda. Com o título “Construção e



validação de cartilha em Libras sobre saúde sexual e reprodutiva para mulheres surdas”, a autora descreve o processo de criação do material e afirma ser um instrumento para a educação em saúde.

Com base no exposto, o objetivo desta pesquisa é analisar a percepção da mulher surda como paciente nos serviços de saúde, com enfoque no atendimento ginecológico. Ao final, será apresentada a “Caderneta de saúde em Libras: guia para consultas ginecológicas”, produto em fase de desenvolvimento.

METODOLOGIA

Este estudo qualitativo foi conduzido em três etapas complementares. A primeira consistiu em uma revisão narrativa sobre acessibilidade e atendimento à saúde de mulheres surdas, com abordagem exploratória, sem delimitação temporal ou critérios rígidos de inclusão e exclusão, visando à construção de um panorama geral da temática. Para isso, foram consultadas as bases de dados PubMed e SciELO, utilizando os descritores “deafness”, “deaf women” e “health care”, sendo excluídas as publicações que não estavam diretamente relacionadas à temática do estudo. Adicionalmente, foram pesquisados documentos institucionais e recursos acessíveis voltados à população surda no campo da saúde.

Na segunda etapa foi realizada uma pesquisa de campo por meio da aplicação de um questionário baseado na metodologia de Rodrigues (2024) e no estudo de Paiva *et al.* (2015), que buscou compreender as experiências e dificuldades no atendimento ginecológico das mulheres surdas, bem como suas percepções sobre a acessibilidade nos serviços de saúde.

A estrutura do instrumento contempla múltiplas dimensões da vivência dessas mulheres, com perguntas objetivas sobre: entendimento sobre o sistema reprodutor feminino, histórico de gravidez, aborto, doenças como endometriose e câncer de colo de útero, conhecimento sobre infecções sexualmente transmissíveis (ISTs), diabetes gestacional e vacinas indicadas na gravidez. Também foram abordadas questões relativas à comunicação nas consultas ginecológicas, incluindo a presença (ou ausência) de intérprete de Libras, o papel de familiares como mediadores, e se houve compreensão dos exames e orientações médicas. Os dados foram analisados conforme



a metodologia de Bardin (2016), com categorização temática das respostas para identificar padrões e significados emergentes.

A pesquisa se baseou nos princípios éticos estabelecidos na Declaração de Helsinque (1964) e suas atualizações, garantindo a proteção dos direitos, da segurança e do bem-estar das participantes. Além disso, foram observadas as diretrizes e legislações éticas aplicáveis, e todas as participantes foram devidamente informadas sobre os objetivos da pesquisa e consentiram voluntariamente em contribuir com seus dados, assegurando o sigilo e anonimato das informações coletadas. Por fim, foi apresentado um protótipo de cartilha que se encontra em fase de desenvolvimento, com enfoque em consultas ginecológicas da mulher surda. Esse material é um produto do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic) da Universidade Federal Fluminense (UFF).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados se organizam conforme as etapas da pesquisa. Inicialmente, a revisão narrativa traz o mapeamento de estudos sobre acessibilidade e atendimento em saúde com ênfase nas mulheres surdas; em seguida, são discutidos os dados obtidos na pesquisa de campo com participantes surdas e suas experiências e percepções; por fim, a pesquisa apresenta a proposta de uma cartilha bilíngue em saúde da mulher com enfoque em consultas ginecológicas.

Acesso das mulheres surdas ao serviço de saúde

O Art. 3º da Lei 13.146/2015 define as barreiras nas comunicações e na informação como “qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens e de informações por intermédio de sistemas de comunicação e de tecnologia da informação”. No Brasil, a comunidade surda tem na Libras um elemento central de sua identidade cultural. Mais do que um meio de comunicação, a língua representa a história, os valores e a forma de expressão dessa comunidade, sendo essencial para sua inclusão e garantia de direitos.

Nesse contexto, Leal *et al.* (2024, p. 1437) realizaram uma pesquisa sobre a relação entre médicos e pacientes surdas do sexo feminino e afirmam que “os dados



apresentados pelos seis trabalhos analisados apontam para o não conhecimento da Libras pelos médicos, como a principal barreira para o atendimento”.

Os entraves de comunicação impactam tanto os usuários dos serviços de saúde quanto os profissionais, gerando angústia e ansiedade (Kuenburg; Fellingner; Fellingner, 2016). Além disso, a percepção da pessoa surda usuária de língua de sinais muitas vezes é influenciada por estereótipos e concepções equivocadas do senso comum, o que pode comprometer a qualidade do atendimento e interferir diretamente no cuidado prestado (Araújo *et al.*, 2015).

A necessidade de recursos inclusivos, ainda presente, dificulta a ampla difusão de informações sobre saúde feminina e, conseqüentemente, o acesso a conteúdos fundamentais sobre prevenção de doenças e cuidados com a saúde ginecológica. Vasicki (2023, p. 22) fala sobre a educação sexual e reforça a importância da acessibilidade linguística e da orientação especializada para alunos surdos, a fim de que se promovam sua autonomia e qualidade de vida: “explicações em Libras e a presença de profissionais da área da saúde são ações que podem contribuir à qualidade de vida destes alunos surdos até sua fase adulta”.

Em alguns casos, campanhas de saúde pública, que deveriam alcançar toda a população, não incluem versões acessíveis para mulheres surdas. As desigualdades são preocupantes, especialmente quando se trata do acesso à informação e, considerando que a comunicação é primordial para o cuidado integral no Sistema Único de Saúde (SUS), essa lacuna compromete a qualidade do atendimento. Oliveira, Fernandes e Olivindo (2024, p. 6) esclarecem: “políticas que garantam a presença de intérpretes em unidades de saúde são fundamentais para assegurar que os direitos dos pacientes surdos sejam respeitados”.

A dificuldade de comunicação entre surdos e profissionais da saúde revela não apenas uma falha estrutural no sistema, mas também a persistência de atitudes que desconsideram as especificidades linguísticas e culturais dessa população. Como apontam Karsten, Vianna e Silva (2017) e Magrini e Santos (2014), essas barreiras vão além do desconforto momentâneo – elas impactam diretamente na efetividade das ações de prevenção, na adesão aos tratamentos e, conseqüentemente, no direito à saúde plena.



A experiência de uma mulher surda em uma consulta ginecológica pode ser especialmente desafiadora devido às barreiras de comunicação. Ferreira *et al.* (2021, p. 4) afirmam que “as dificuldades de comunicação geram a necessidade de intermédio de uma terceira pessoa durante as consultas”.

No entanto, a presença de um intérprete, embora possa facilitar o diálogo, pode gerar constrangimento ao abordar temas íntimos, tornando difícil a expressão de dúvidas e preocupações. Muitas mulheres hesitam em relatar sintomas ou fazer perguntas, seja pela timidez natural do assunto, seja pela sensação de exposição ao compartilhar informações pessoais com um terceiro.

A acessibilidade não deve ser restrita ao aprendizado da Libras, envolve também a sensibilização dos profissionais para compreender as especificidades culturais e sociais da comunidade surda. Segundo Oliveira, Fernandes e Olivindo (2024), a formação dos profissionais de saúde deve contemplar conteúdos relacionados à comunicação com pessoas surdas, além de priorizar a educação permanente, de modo a prepará-los para atender diferentes perfis de pacientes.

As consequências de uma comunicação ineficiente podem resultar em diagnósticos tardios, tratamentos inadequados e um sentimento de frustração diante da falta de compreensão sobre a própria saúde. Em casos em que não há um intérprete disponível nos locais de atendimento, a comunicação com o profissional de saúde se torna ainda mais precária, muitas vezes limitada a gestos improvisados ou tentativas de leitura labial, o que pode comprometer a qualidade do atendimento.

O Ministério da Saúde disponibiliza anualmente, em seu endereço eletrônico, cartilhas, campanhas e cadernetas voltadas para a saúde da mulher, com temas diversos como: contraceptivos, vacinação, prevenção a Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs), câncer de mama, amamentação, entre outros. Entretanto, não são todos os materiais que contemplam adequações linguísticas e visuais para atender às necessidades da população surda.

A pesquisa de Santos e Shiratori (2004) revelou que, embora o Ministério da Saúde promova campanhas e programas voltados à prevenção de doenças como diabetes e hipertensão, a falta de acessibilidade compromete o alcance dessas iniciativas entre a população surda.



A peça publicitária (Figura 1) destaca a oferta de serviços essenciais, como pré-natal, vacinação, planejamento familiar, prevenção de doenças e distribuição de medicamentos. No entanto, não se observam recursos linguísticos voltados para a comunidade surda.



Figura 1: Campanha do SUS de cuidados com a saúde da mulher.

Fonte: Ministério da Saúde (2022).

Nesse escopo, cartilhas impressas e materiais escritos, que poderiam ser consultados com mais autonomia, carecem dessa adaptação, dificultando o entendimento para mulheres surdas que não são fluentes na língua portuguesa. Fontana, Schwiderke e Trindade (2018, p. 332) discutem sobre doenças sexuais sob a ótica das pessoas surdas e afirmam que a “discussão conjunta nos cenários de saúde e educação, com foco no incentivo ao olhar sensível dos profissionais sobre as diversidades, pode favorecer a elaboração de recursos que facilitem a comunicação”.

Carvalho, Gomes e Braz (2020) comentam a respeito do Núcleo de Orientação à Saúde Sexual do Surdo (Noss), uma iniciativa do Instituto Nacional de Educação de Surdos (Ines) que visa promover a educação e a orientação em saúde sexual para a comunidade surda. O núcleo atua na disseminação de informações acessíveis sobre



temas como sexualidade, prevenção de ISTs, contracepção, direitos reprodutivos e outros aspectos da saúde sexual.

Estudos recentes mostram que as dificuldades na comunicação comprometem a qualidade do atendimento e geram impactos diretos na segurança e no bem-estar das pessoas surdas (Kuenburg; Fellingner; Fellingner, 2016). Essa barreira linguística dificulta o acesso a informações sobre saúde, assim como também limita a autonomia dos pacientes restringindo sua capacidade de relatar sintomas, compreender diagnósticos e seguir corretamente tratamentos médicos (Costa; Mueller; Fabricio, 2024). Diante desse cenário, diversos trabalhos acadêmicos reforçam a urgência da implementação de estratégias mais eficazes para garantir um atendimento verdadeiramente inclusivo (Da Silva; Albuquerque, 2022).

A apostila de *Introdução à surdez e a Libras no contexto da saúde* (Alves; Silva; Sá, 2019), produzida pela Fiocruz, analisa a estrutura do SUS e a falta de políticas públicas voltadas à inclusão da população surda. O estudo revela que a escassez de materiais acessíveis e de profissionais preparados compromete o direito dessas pessoas à informação e ao cuidado adequado. A partir disso, destaca-se a importância da implementação de iniciativas governamentais que incentivem a acessibilidade e a equidade no atendimento médico.

A *Cartilha de Libras em medicina e saúde* (Capovilla; Raphael, 2022), foi desenvolvida com o objetivo de facilitar a comunicação entre profissionais de saúde e pacientes surdos. O material reúne um glossário de sinais específicos da área médica, permitindo que médicos, enfermeiros e demais profissionais possam compreender e se comunicar de maneira mais efetiva com seus pacientes.

Já a *Cartilha digital bilíngue Libras/Português para atendimento em saúde* (Ferreira; Franco; Dawes, 2022), desenvolvida pelo Programa de Extensão Libras, Linguística e Divulgação (LiLinDiv), da Universidade Federal Fluminense (UFF), apresenta uma abordagem ainda mais acessível, combinando vídeos em Libras e textos em Português para fornecer orientações básicas sobre o atendimento à população surda.

Entretanto, apesar da relevância, é preciso ampliar as políticas públicas para garantir que esses materiais alcancem profissionais de saúde em todo o país, do mesmo modo que campanhas para incentivar seu uso no dia a dia dos atendimentos. Essa lacuna



afeta, sobretudo, mulheres surdas com menor escolaridade ou em situação de vulnerabilidade socioeconômica, que já enfrentam dificuldades no acesso à informação (Costa; Mueller; Fabricio, 2024).

Sem acesso adequado a informações sobre temas como gravidez, planejamento familiar e menopausa, muitas mulheres surdas permanecem desinformadas sobre cuidados básicos e direitos reprodutivos. Sendo assim, entende-se que o uso de materiais acessíveis é capaz de facilitar o diálogo entre pacientes e profissionais, além de contribuir para a promoção da saúde preventiva, especialmente para as pessoas surdas (Da Silva; Albuquerque, 2022).

Com base no exposto, pode-se afirmar que a elaboração e implementação de manuais específicos voltados ao campo da saúde feminina podem trazer múltiplos benefícios, como a diminuição das desigualdades e o fortalecimento da autonomia das mulheres nos processos de decisão acerca de sua própria saúde.

Percepções de mulheres surdas sobre acessibilidade na saúde

A pesquisa sobre prevenção e cuidados com doenças ginecológicas foi realizada com 56 mulheres surdas e a primeira pergunta teve como objetivo investigar a escolaridade das participantes. A elaboração das perguntas do questionário teve como base as recorrentes lacunas comunicativas e de cuidado identificadas em pesquisas anteriores com a população surda, incluindo temas como acessibilidade em Libras, entendimento de diagnósticos, mediação nas consultas e experiências de acompanhamento pré-natal.

Embora algumas das dificuldades relatadas, como desconhecimento sobre doenças ou insegurança em relação aos procedimentos médicos, possam ser compartilhadas por mulheres ouvintes, a ausência de recursos linguísticos adequados para a população surda, como intérpretes ou atendimento direto em Libras, intensifica essas barreiras de forma particular.

Constatou-se que a maioria das respondentes possui ensino superior completo, representando 62,5% do total. Além disso, 19,6% concluíram o ensino médio, enquanto 16,1% possuem ensino superior incompleto. Os demais níveis de escolaridade, como



ensino fundamental incompleto, ensino fundamental completo e ensino médio incompleto, apresentaram uma representatividade mínima.

Os resultados mostraram, ainda, que a maioria das participantes (82,1%) possui um conhecimento fluente ou mediano da Libras, fato que reforça a importância do uso da língua nos atendimentos médicos. Em relação à primeira consulta ginecológica, 35,7% das mulheres tiveram sua primeira consulta entre 13 e 16 anos, enquanto 23,2% foram antes dos 8 anos.

Sobre a comunicação, verificou-se que a maioria das consultas foi mediada por escrita em Português (41,1%) ou com auxílio de intérprete de Libras (32,1%). No entanto, 37,5% das participantes relataram que não usaram mediador e 26,8% se sentiram confortáveis com a presença de um mediador, enquanto 17,9% não se sentiram confortáveis em todos os momentos.

Com relação ao entendimento dos exames realizados, 41,1% das mulheres compreenderam a maioria dos exames, mas 23,2% entenderam apenas alguns e 12,5% não compreenderam os exames. Em se tratando do sistema reprodutor feminino, 35,7% das participantes se consideram bem-informadas, enquanto 21,4% têm um entendimento mediano e 12,5% possuem pouco conhecimento.

A maioria das participantes (87,5%) já menstruou, e 75% são sexualmente ativas. No entanto, 28,6% das mulheres sexualmente ativas não utilizam métodos contraceptivos, o que indica uma necessidade de maior acesso a informações e recursos sobre planejamento familiar. Em relação à gravidez, 44,6% das participantes já engravidaram. Entre essas, 41,1% fizeram todas as consultas básicas de pré-natal, mas 35,7% não fizeram nenhum acompanhamento pré-natal, refletindo as barreiras no acesso a cuidados pré-natais adequados para mulheres surdas.

Além disso, 36,4% das gestações não tiveram complicações, mas 32,7% apresentaram complicações como diabetes gestacional, pré-eclâmpsia ou hipertensão gestacional. A experiência no pré-natal foi avaliada positivamente por muitas mulheres, com 26,7% classificando sua experiência como 10 em uma escala de 1 a 10. No entanto, ainda há uma parcela significativa que não recebeu o acompanhamento adequado.

O conhecimento sobre saúde reprodutiva variou entre as participantes. Enquanto 53,6% sabem o que é diabetes gestacional, 46,4% não têm esse



conhecimento. A maioria (71,4%) sabe o que são Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs), mas 28,6% não têm essa informação. As ISTs mais conhecidas são HIV/AIDS (71,4%), sífilis (62,5%), herpes genital (55,4%) e HPV (53,6%). No entanto, 19,6% das mulheres não conhecem nenhuma IST. As respostas demonstram que, embora a maioria das mulheres já tenha passado por atendimento ginecológico, muitas relataram falta de acessibilidade linguística e compreensão reduzida dos procedimentos realizados, além de fragilidades no acompanhamento pré-natal.

Freitas *et al.* (2025) realizaram uma pesquisa com mulheres surdas e observaram alguns apontamentos mais recorrentes, como a insegurança em não serem compreendidas, a falta de intérpretes nos serviços de saúde e, conseqüentemente, a dependência de um acompanhante. Por sua vez, Rodrigues *et al.* (2022, p. 7) discutem sobre as percepções da mulher surda acerca do cuidado no sistema de saúde da gestação ao puerpério, e argumentam sobre a importância “no contexto da maternidade, é indispensável para o decorrer do seu cuidado, estando este acolhimento baseado na consolidação de relações firmadas na confiança entre os profissionais e usuárias do serviço de saúde”.

Barbosa (2024, p. 57), em sua pesquisa, constatou “discursos rasos de conhecimento acerca da temática saúde sexual e reprodutiva sendo a barreira de comunicação o principal fator atribuído pelas entrevistadas”. Portanto, relatos de experiência e pesquisas realizadas por meio de questionários e entrevistas fornecem um panorama da atual situação de vulnerabilidade enfrentada por mulheres surdas no acesso e na permanência nos serviços de saúde.

Outro ponto de destaque diz respeito ao impacto do nível de proficiência em Libras entre as participantes. Os resultados indicaram que mais de 15% das mulheres surdas declararam ter conhecimento fraco ou apenas mediano da Libras. Essa informação desafia a suposição generalizada de que a fluência em Libras é homogênea na comunidade surda, além de demonstrar uma camada adicional de vulnerabilidade.

Mulheres surdas com pouco ou nenhum domínio da língua de sinais ficam ainda mais expostas à dependência de terceiros (familiares ou profissionais sem formação adequada) e à incompreensão de informações sobre sua saúde sexual e reprodutiva. Portanto, os resultados obtidos com o questionário se vinculam diretamente ao objetivo



do estudo – identificar barreiras específicas enfrentadas por mulheres surdas – como também reforçam a urgência de estratégias acessíveis, bilíngues e culturalmente sensíveis para o atendimento ginecológico dessa população.

A pesquisa de Silva e Silva (2023), intitulada “(In)acessibilidade comunicacional da pessoa surda na saúde: relato autobiográfico do parto de uma mãe surda e sua acompanhante em atendimento do SUS de um hospital de Maceió”, mostra reflexões importantes sobre o tema em questão. As autoras trazem uma perspectiva pessoal, em que uma é parturiente surda e a outra está como acompanhante.

Para Silva e Silva (2023, p. 19), é preciso que sejam disponibilizados recursos visuais nos ambientes de cuidado com a saúde, “como vídeos informativos e folhetos explicativos, podem ajudar as pacientes surdas a entenderem melhor sua condição de saúde e os tipos de tratamento disponíveis”.

O uso de vídeos e folhetos pode contribuir para a redução da ansiedade, melhorar a adesão ao tratamento e favorecer a participação ativa das pacientes surdas em decisões sobre sua saúde. A ansiedade diminui porque a paciente se sente mais segura, compreende o que está acontecendo e o que esperar durante o tratamento e, conseqüentemente, melhora a compreensão das orientações médicas.

Projeto voltado para a mulher surda

Por meio do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic) está sendo desenvolvida na UFF uma cartilha bilíngue para cuidados com a saúde da mulher surda. O material é fundamentado na coleta de dados de pesquisas bibliográficas sobre o atendimento às mulheres surdas e por materiais similares nessa temática, em Língua Portuguesa, a partir de plataformas digitais.

A cartilha (Figura 2) contém vídeos com as principais perguntas feitas em consultório ginecológico para auxiliar o diálogo básico, escolhidas com base em livros de Obstetrícia, Semiologia Médica e Fisiologia. O conteúdo será oportunamente disponibilizado por *link* digital (código QR) em redes específicas da UFF e, futuramente, impresso para ser distribuído nos consultórios de ginecologia e Médico da Família do SUS.



Figura 2: Guia para consultas ginecológicas para mulheres surdas.

Fonte: Elaboração própria (2025).

Conforme observado na Figura 2, sua estrutura prevê a organização de temas dentro do campo da saúde ginecológica, com possíveis perguntas e respostas relacionadas à vida sexual e ao uso de métodos contraceptivos, como o DIU, a camisinha e o anticoncepcional. Além disso, aborda questões delicadas, como aborto espontâneo e aborto provocado, de forma respeitosa e acessível.

O material apresenta um grande diferencial, que é o uso de código QR. Ao serem escaneados, os usuários são direcionados aos vídeos em Libras, contribuindo para uma melhor e mais adequada compreensão sobre o que está sendo perguntado, ou seja, facilitando expressar as respostas com mais segurança.

De modo complementar, a cartilha é uma ferramenta que também ajuda os profissionais de saúde a oferecerem um atendimento mais humanizado, mesmo quando não sabem Libras, promovendo o cuidado com qualidade e equidade. Por ser prático e objetivo, esse modelo pode ser facilmente adaptado para outras áreas da saúde, como consultas de pré-natal, saúde mental, planejamento familiar, pediatria, vacinação, entre outros. A ideia pode ser ampliada para criar uma série de materiais visuais com



perguntas e respostas básicas acompanhadas de vídeos em Libras, facilitando o atendimento de pessoas surdas em diferentes especialidades e serviços de saúde. Portanto, trata-se de uma cartilha visual estruturada com base em princípios da comunicação alternativa e da inclusão linguística, tendo como foco o uso da Libras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A carência de acessibilidade nos serviços de saúde para mulheres surdas representa uma barreira significativa ao direito fundamental à saúde, impactando diretamente sua autonomia, privacidade e qualidade de atendimento. Destaca-se, ainda, que a escassez de materiais informativos adaptados, como cartilhas bilíngues e vídeos em Libras, somada às demandas para capacitação dos profissionais de saúde comprometem o acesso à informação, o que prejudica a comunicação das pacientes surdas durante as consultas.

Os estudos analisados reforçam a gravidade desse cenário, mostrando que a falta de comunicação adequada pode resultar em diagnósticos tardios, dificuldade no acesso a serviços preventivos e insegurança no atendimento. No geral, a pesquisa constatou algumas lacunas no entendimento sobre temas como métodos contraceptivos, ISTs e complicações gestacionais. A mediação das consultas, muitas vezes realizada por escrito (em Língua Portuguesa) ou com intérpretes de Libras, nem sempre garante conforto ou compreensão plena.

O desenvolvimento e a distribuição de materiais adaptados são passos necessários para garantir que mulheres surdas tenham o mesmo acesso à informação e ao atendimento que qualquer outra cidadã. Dessa forma, o sistema de saúde poderá avançar na construção de práticas mais inclusivas e na garantia do direito à saúde para todas as mulheres, independentemente de sua condição auditiva.

REFERÊNCIAS



ALVES, Aline da Silva; SILVA, Margareth Prevot da, SÁ, Tatiane Militão de (Org.). *Introdução à surdez e a libras no contexto da saúde* – parte I, módulo 6. Rio de Janeiro: Fiocruz/Icict, 2019.

ARAÚJO, Camila Crisse Justino de et al. Consulta de enfermagem às pessoas surdas: uma análise. *ABCS Health Sciences*, v. 40, n. 1, p. 38-44, 2015. DOI: <http://dx.doi.org/10.7322/abcshs.v40i1.702>

ARAUJO, João Marcos Batista Gomes de et al. O direito à saúde e o papel do sistema único de saúde em tempos de pandemia no Brasil. *Research, Society and Development*, v. 10, n. 11, e566101118005, 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v10i11.18005>

BARBOSA, GABRIELA FUSTER. *Acesso e acessibilidade de mulheres surdas à rede de atenção ao parto e nascimento*. 2024. Tese (Doutorado em Saúde Pública) – Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2024.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa-PT: Edições 70, 2016.

BRASIL. *Lei n.º 13.146, de 6 de julho de 2015*. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília: Diário Oficial da União, 2015.

CAPOVILLA, Fernando César; RAPHAEL, Walkiria Duarte. *Cartilha de libras em medicina e saúde*. Brasília: Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação, 2022.

CARVALHO, Jessica Nunes de; GOMES, Suzete Araujo Oliveira; BRAZ, Ruth Maria Mariani. Construindo um blog educativo sobre a sexualidade para alunos com deficiência auditiva. *Revista Praxis*, v. 12, n. 23, junho, 2020. DOI: <https://doi.org/10.47385/praxis.v12.n23.3013>

CHAVEIRO, Neuma; PORTO, Celmo Celeno; BARBOSA, Maria Alves. Relação do paciente surdo com o médico. *Revista Brasileira de Otorrinolaringologia*, v. 75, n. 1, p. 147-50, 2009.

COSTA, Silvia Cristina Padilha da; MUELLER, Airton Adelar; FABRICIO, Adriane. A comunidade surda e o atendimento em unidades básicas de saúde: questão legal assegurada. *Serviço Social e Saúde*, Campinas, v. 22, n. 00, e023012, 2024. DOI: [10.20396/sss.v22i00.8674058](https://doi.org/10.20396/sss.v22i00.8674058)

DA SILVA, Deborah Aguiar; ALBUQUERQUE, Roberto Nascimento de. Barreiras comunicacionais no atendimento em saúde da população surda: uma revisão integrativa. *Revista Destaques Acadêmicos*, Lajeado, v. 14, n. 3, 2022. DOI: [10.22410/issn.2176-3070.v14i3a2022.3157](https://doi.org/10.22410/issn.2176-3070.v14i3a2022.3157)



DECLARAÇÃO DE HELSINQUE. *Princípios éticos para as pesquisas médicas em seres humanos*. 18ª Assembleia Médica Mundial. Helsinque-FI: Associação Médica Mundial, 1964. Disponível em: https://www.fcm.unicamp.br/fcm/sites/default/files/declaracao_de_helsinque.pdf. Acesso em: 17 fev. 2025.

FERREIRA, Marcelle Buonasperanza; FRANCO, , Ludmila Veiga Faria; DAWES, Tathianna Prado. *Cartilha digital bilíngue libras/português para atendimento em saúde*. : Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal Fluminense, 2022. Disponível em: <https://saudecomlibras.uff.br/wp-content/uploads/sites/464/2022/09/Cartilha-Digital-Bilingue-LibrasPortugues-para-atendimento-em-saude.pdf>. Acesso em: 17 fev. 2025.

FERREIRA, Tereza Cristina dos Reis et al. Análise da relação médico paciente no atendimento de surdos no Brasil. *Revista CPAQV*, [S. l.], v. 13, n. 1, 2021. DOI: 10.36692/v13n1-22r

FONTANA, Rosane Teresinha; SCHWIDERKE, Patricia Friske; TRINDADE, Maria Aparecida Brum. As infecções sexualmente transmissíveis na percepção de pessoas surdas. *Interfaces da Educação*, Paranaíba, v. 9, n. 25, p. 316-335, 2018. DOI: <https://doi.org/10.26514/inter.v9i26.1479>

FREITAS, Grace Kelly Silva de et al. A compreensão do vivido da mulher surda sobre o atendimento na consulta ginecológica. *Saúde Coletiva*, Barueri, v. 15, n. 92, p. 13702–13713, 27 jan. 2025. DOI: 10.36489/saudecoletiva.2024v14i92p13702-13713

KUENBURG, Alexa; FELLINGER, Paul; FELLINGER, Johannes. Health care access among deaf people. *The Journal of Deaf Studies and Deaf Education*, v. 21, n. 1, p. 1-10, jan. 2016, DOI: <https://doi.org/10.1093/deafed/env042>

LEAL, Ana Clara et al. O atendimento médico de pacientes surdas: uma revisão integrativa. *Brazilian Journal of Health Review*, Curitiba, v. 7, n. 1, p. 1425-1439, jan.-fev. 2024. DOI: 10.34119/bjhrv7n1-108

KARSTEN, Raphaela Marques Lopes; VIANNA, Nubia Garcia; SILVA, Eliete Maria. Comunicação do surdo com profissionais de saúde na busca da integralidade. *Saúde e Pesquisa*, Maringá, v. 10, n. 2, p. 213-221, mai.-ago. 2017. DOI: <https://doi.org/10.17765/1983-1870.2017v10n2p213-221>



MAGRINI, Amanda Monteiro; SANTOS, Teresa Maria Momensohn dos. Comunicação entre funcionários de uma unidade de saúde e pacientes surdos: um problema? *Distúrbios da Comunicação*, [S. l.], v. 26, n. 3, 2014.

MARQUES, Yndri Frota Farias et al. Desafios no cuidado em saúde da mulher surda. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE MEDICINA DA FAMÍLIA E COMUNIDADE, 15., 2019, Cuiabá. *Anais [...]*, Galoá, 2019. Disponível em: <https://proceedings.science/cbmfc-2019/trabalhos/desafios-no-cuidado-em-saude-da-mulher-surda?lang=pt-br#>. Acesso em: 17 fev. 2025.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Campanha nacional da saúde da mulher. Campanhas de saúde, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/campanhas-da-saude/2022/saude-da-mulher/pecas-da-campanha/ema-mkt-saude-da-mulher.png/view>. Acesso em: 24 fev. 2025.

OLIVEIRA, Nayara Cristina da Rocha; FERNANDES, Cellyneude de Souza; OLIVINDO, Celina Maria de Souza. Desafios da comunicação inclusiva na estratégia saúde da família: um relato de experiência com pacientes surdos no SUS. *Anais do X Congresso Nacional de Educação – Conedu*. Campina Grande: Realize, 2024. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/113376>. Acesso em: 17 fev. 2025.

PAIVA, Marcele Bocater Paulo de et al. Uma contribuição para a avaliação da atenção primária à saúde pela perspectiva do usuário. *Physis – Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 3, p. 925-950, 2015. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-73312015000300013>

RODRIGUES, Isadora Araujo et al. Percepções da mulher surda acerca do cuidado no sistema de saúde da gestação ao puerpério. *Contexto & Saúde*, Campo Grande, v. 22, n. 46, e12532, 2022. DOI: 10.21527/2176-7114.2022.46.12532

RODRIGUES, Viviana Dourado. *Glossário bilíngue em libras com registros lexicográficos da área da saúde, evidenciando a saúde da mulher surda no atendimento médico e hospitalar de Manaus*. 2024. 54 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Letras Libras) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2024.

SANTOS, Érika Machado; SHIRATORI, Kaneji. As necessidades de saúde no mundo do silêncio: um diálogo com os surdos. *Revista Eletrônica de Enfermagem*, v. 6, n. 1, p. 68-76, 2004. DOI: <https://doi.org/10.5216/ree.v6i1.798>



SILVA, Milena Torres da; SILVA, Thais Stefane Ferreira. *(IN)Acessibilidade comunicacional da pessoa surda na saúde: relato de uma mãe surda e sua acompanhante em atendimento do SUS de um hospital de Maceió*. 2023. 24 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Letras – Libras) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2023.

VASICKI, Marcelo Elísio. *Educação em saúde no ensino de ciências: videoaulas bilíngues libras-português sobre infecções sexualmente transmissíveis*. 2023. 92 f. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciência e Tecnologia) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Ponta Grossa, 2023.

VISENTINI, Beatriz Pontes. *Construção e validação de cartilha em libras sobre saúde sexual e reprodutiva para mulheres surdas*. 2021. 111 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Enfermagem) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Botucatu, 2021.